

Autonomia docente: concepções na formação de professores

FREIRE, José Carlos da Silveira (PPGE/FE/UFG)

cfreire@uft.edu.br

MIRANDA, Marília Gouvêa de (PPGE/FE/UFG - Orientadora)

marilia.ppge@uol.com.br

Órgão financiador: bolsa CNPq

Palavras-chave: autonomia docente, profissionalidade, autonomia profissional trabalho docente.

Introdução

O tema da autonomia na atualidade tem despertado a atenção de diferentes setores sociais, notadamente daqueles vinculados ao segmento do capital que estão interessados em promover os processos de reestruturação do trabalho e da produção, que passaram a exigir a formação de um novo trabalhador, mais flexível, eficiente e polivalente, cujo perfil reúne qualidades como autonomia e iniciativa no desenvolvimento das tarefas, autogestão de sua força de trabalho, flexibilidade para se adequar às variações do trabalho, criatividade na resolução dos problemas e, principalmente, a busca de aperfeiçoamento contínuo (Machado, 1998).

No campo da educação, temos observado a partir dos anos de 1990, uma forte tendência das instituições de formação em adequar-se a essas características da formação do trabalhador, geralmente expressas no conjunto das reformas educacionais em desenvolvimento no Brasil e nos países da América Latina, apesar da existência de discursos e manifestações em contrário.

No que se refere ao conceito de autonomia, parece consensual sua importância e necessidade no mundo do trabalho, cuja demanda relaciona-se ao incremento da produção de bens e serviços. No contexto educativo, a autonomia emerge como fator de desenvolvimento do trabalho docente e da instituição educativa. No âmbito da produção do conhecimento educacional a reflexão sobre a autonomia tem sido realizada sobre o enfoque da “autonomia profissional”, como qualidade profissional e/ou como qualidade educativa (Contreras, 2002, pág. 70).

Contreras (2002) busca definir a autonomia profissional na perspectiva da defesa de valores considerados profissionais que devem ser construídos a partir da

análise da natureza educativa do trabalho do professor e não por meio das estratégias da profissionalização¹ (Contreras, 2002, p. 71-74).

Entretanto, o autor não esclarece o sentido de trabalho educativo, pois toma como referencia apenas a defesa do ensino como profissão, vinculando a noção de autonomia ao resultado da análise da prática de ensino, a partir de três dimensões que elege como qualidades da profissionalidade² docente: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional (p. 76).

A opção de Contreras pelo termo profissionalidade em vez de profissionalização justifica-se devido ao fato daquele referir-se a valores, qualidades e características profissionais necessários ao desenvolvimento da prática de ensino, e não ao *status* ou atributos conferidos pelo Estado ou Sociedade. Profissionalidade, segundo autor:

são dimensões do seu fazer profissional no qual se definem aspirações com respeito à forma de conceber e viver o trabalho de professor, ao mesmo tempo em que se inscreve a forma de dotar a realização do ensino de conteúdo concreto (Contreras, 2002, p. 74).

Nesta perspectiva, falar de profissionalidade significa “não só descrever o desempenho do trabalho de ensinar, mas também expressar valores e pretensões que se deseja alcançar e desenvolver nesta profissão” (idem).

A defesa do ensino como profissão tem origem nos Estados Unidos durante as décadas de 1980 e 1990, no bojo do “movimento de profissionalização do ensino”, no contexto da chamada crise do profissionalismo e das profissões em geral, que para Tardif, (2002) pode ser resumida em quatro pontos: crise da perícia profissional; crise do modelo ou formação universitária; crise do poder profissional - crise de confiança; e, crise do profissionalismo - crise da ética profissional (p. 246-254.).

No Brasil, esse movimento concentrou-se em torno da profissionalização do professor que se constitui em bandeira dos educadores desde os anos de 1980, no

¹ O termo profissionalização é uma derivação terminológica de profissão, que significa declaração, profissão, exercício, ocupação, emprego. Entre o século XVI e XVIII, esse termo abrangia significados leigos e religiosos. Somente no início do século XIX é que a profissão passa a ser uma expressão veiculada às profissões liberais clássicas, a exemplo da medicina e do direito. Trata-se de um conceito que se diferencia dos termos ofício, ocupação ou emprego. A profissão é um ato específico e complexo e supõe a existência de um grupo especializado, regidos por uma ética e identidades comuns (Veiga, Araújo e Kapuziniak, 2005).

² Profissionalidade refere-se “às qualidades da prática profissional dos professores em função do que requer o trabalho educativo”, (Contreras, 2002, pág. 74, grifos do autor).

contexto da reformulação dos Cursos de Pedagogia, iniciada pela Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador – CONARCFE³ que lutava em defesa da melhoria da escola básica, da formação de professores pela valorização do magistério e por uma política nacional global de formação dos profissionais (Scalco, 2003).

No contexto de implantação das reformas educacionais, nos anos de 1990, observa-se a reconfiguração do conceito de autonomia a partir da noção de profissionalização e de competências como categorias normativas da formação de professores. Nos documentos da reforma educativa, evoca-se ao professor que assuma a dimensão profissional de seu trabalho, em contraposição à visão de sacerdócio, o que implica num reconhecimento da complexidade do trabalho educativo e da necessidade de sua autonomia, ainda que fortemente regulada pelo sistema de ensino na perspectiva de um controle mais sutil do trabalho docente.

Na produção científica da área educacional o entendimento de trabalho e autonomia docente modifica-se. Da autonomia como *status* ou como atributo do professor, na perspectiva do trabalho docente visto como atividade técnica e especializada, sucede-se a idéia de autonomia como responsabilidade moral individual, ancorada na visão de trabalho docente como atividade profissional reflexiva. Da crítica a essas concepções de trabalho e autonomia docentes postula-se a autonomia como emancipação, como um processo coletivo de transformação social, assentado na idéia de trabalho docente como intelectual crítico. Portanto, a elaboração do conceito de autonomia docente supõe o esclarecimento do conteúdo e da natureza do trabalho educativo, bem como das condições concretas de sua efetivação.

Neste sentido e considerando o contexto das transformações do mundo do trabalho e das relações sociais, que demandam das instituições educativas uma maior qualificação e autonomia dos trabalhadores, bem como do movimento de resignificação da autonomia docente, indaga-se: O que é autonomia? O que é autonomia profissional? Qual a relação entre autonomia, trabalho e profissionalização? Em suma, podemos sintetizar esses questionamentos na

³ Nos anos de 1990, a CONARCFE transforma-se em Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE que elabora a concepção de profissional da educação que tem na docência e no trabalho pedagógico a sua particularidade e especificidade (FREITAS, 2002, p.3 apud Scalco, 2003).

seguinte pergunta: o que é autonomia docente no contexto da organização social do trabalho pedagógico na universidade?

Para esclarecer o significado de autonomia docente no espaço educativo da universidade é necessário o desvelamento da natureza do trabalho e das condições concretas de sua efetivação, bem como do procedimento racional que justifica e dá sustentação a esse conceito. Diante disso propomos como objetivo geral apreender o conceito de autonomia docente no contexto da organização social do trabalho pedagógico na universidade.

Apreender o conceito de autonomia docente pressupõe uma abordagem que possibilite captá-la em seu movimento real e em sua historicidade. Para tanto, problematizaremos esse conceito e suas particularidades manifestas no enfoque da autonomia profissional considerando o aporte teórico-metodológico da teoria crítica da sociedade formulada por Adorno para quem a autonomia do indivíduo constitui finalidade da formação cultural. Porém, no contexto de uma racionalidade subjetivista e produtivista, presente na sociedade burguesa, o trabalhador encontra-se incluído na lógica do capital, ou seja, não desenvolve-se como sujeito consciente, livre e autônomo. Para Adorno, é preciso fugir do enfoque educativo subjetivista, que prega a formação do indivíduo apenas em termos de sua conscientização, pois não se trata de aperfeiçoamento moral, uma vez que o indivíduo já internalizou a ética do capital, isto é, seu agir já está integrado à esfera do trabalho e da objetividade social (p. 16).

Portanto, a tarefa da educação consiste em remover os elementos presentes na racionalidade de dominação que impede o indivíduo perceber-se dominado, explorado, a fim de vislumbrar a possibilidade de sua emancipação. Em síntese, o sentido de autonomia é construído a partir do contraste e da tensão que se produz entre indivíduo, sociedade e cultura.

Além deste referencial teórico faremos um estudo bibliográfico do conceito de autonomia docente presente em artigos de periódicos, livros e teses defendidas no Brasil e também da literatura internacional que aparece referenciada nos trabalhos brasileiros a fim de apreender o movimento sócio-histórico deste conceito.

A elaboração do conceito de autonomia docente será apreendida a partir da reflexão realizada no contato sistemático junto a professores que lidam com o trabalho pedagógico da formação de professores na universidade. A coleta de

informações será realizada por meio da aplicação de questionários aos professores que trabalham no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins que funciona em quatro dos sete campi da UFT: Arraias, Palmas, Miracema e Tocantinópolis. Caso haja necessidade de aprofundar o conhecimento do objeto em questão realizaremos entrevistas a partir de uma amostra de vinte e cinco por cento dos professores que atuam nesse curso. Faremos uso também, conforme a necessidade, de documentos institucionais como atas, relatórios e o projeto pedagógico do curso, a fim de captar o significado da autonomia docente construído por esse curso.

A escolha do Curso de Pedagogia deve-se ao fato do mesmo lidar de forma mais sistemática com as questões que diz respeito a formação de professores, onde essa temática da autonomia docente se faz presente nos estudos e pesquisas.

Referências

ADORNO. Theodor W. **Notas Marginais sobre Teoria e Práxis**. IN: ADORNO. Theodor W. *Palavras e Sinais: modelos críticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Lucília Regina. O “Modelo de Competências” e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio. In: **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, nº4, p. 79-95, ago/dez. 1998.

SCALCON, Suze. A produção sobre a profissionalização do professor. In: **Anais VII Seminário REDESTRADO** “Nuevas Regulaciones en América Latina”, Buenos Aires/Argentina, 3 à 4 de julio de 2008. CLACSO; AGENCIA: Argentina, 2008. [ISSN 1980-6744] Disponível http://www.gepeto.ced.ufsc.br/det_referencia.php?id=30&origem=trabalhos_eventos
Acesso em 22/05/2009.

TARDIF. Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro & ARAUJO. Jose Carlos Souza. & KAPUZINIAK. Célia. **Docência. Uma construção ético-profissional**. Campinas, SP. Papirus, 2005.